

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: AVANÇOS E POSSIBILIDADES PARA A APRENDIZAGEM

THOYME RODRIGUES PINHEIRO ¹

RESUMO

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: AVANÇOS E POSSIBILIDADES PARA A APRENDIZAGEM THOYME RODRIGUES PINHEIRO/thoyme2010@hotmail.com / IFPA JHONATA MARQUES DO REGO/IFPA Resumo O presente artigo objetiva refletir e analisar a respeito da Educação Especial na perspectiva da inclusão tendo como preocupação de se investigar os avanços e possibilidades de aprendizagem dos educandos. Diante disso, a nossa problemática é descobrir de que forma se apresenta a educação especial e a educação inclusiva diante dos desafios da aprendizagem dos educandos, quais os avanços e possibilidades para que de fato ocorra a inclusão. Com base nesses pressupostos, utilizamos de uma pesquisa etnográfica dentro de uma abordagem qualitativa, onde buscamos embasamento em Ludke & André (1986). Os instrumentos para coleta de dados foram os postulados de Mantoan (1997, 2003), Carvalho (2003), Salamanca (1994), e outros que tratam sobre essa temática. Verificou-se que a educação especial está avançando mediante o processo da educação inclusiva e que as adaptações necessárias para a aprendizagem dos educandos podem ser realizadas nas escolas. A inclusão é um fato, mas para que ela possa realmente acontecer, é necessário mais do que a boa vontade do professor em sala de aula, precisa da colaboração na interação coletiva para que sua atuação conjunta garanta uma educação que promova desenvolvimento de potencialidades dos educandos; a coordenação pedagógica e para os educadores precisam estar preparados e abertos para aceitar; as autoridades precisam ter um olhar especial das sobre a realidade da inclusão no país; é necessário ter alternativas para que o educador não se sobrecarregue em funções que vão além da sua profissão. Neste sentido é essencial que a instituição escolar como um todo promova ações e projetos para trazer a realidade da inclusão para o cotidiano escolar com palestras, oficinas e capacitações, não apenas para os docentes, mas para toda comunidade escolar em geral sobre inclusão, seu significado e suas contribuições para o avanço do processo de ensino e da aprendizagem com permanência e sucesso para o aluno. Deste modo, espera-se que ocorra a diminuição das formas discriminatórias e preconceituosas que ao longo do tempo vem sendo evidenciadas em nossa sociedade e que possamos caminhar para um patamar de desenvolvimento em que as pessoas se respeitem e respeitem as diferenças e as

especificidades do outro, que possamos garantir que essas melhorias atinjam as futuras gerações de maneira a mostrar-lhes que podemos fazer a diferença, mesmo que a pequenos passos, porque incluir é necessário. Diante do exposto nas discussões acima se constatou que a educação especial está realizando seu papel diante a inclusão escolar e que essa política de inclusão possibilita a melhoria na qualidade de ensino a todos os educandos, reafirmando seus direitos, fortalecendo a participação e permitindo a superação dos preconceitos existente na sociedade. Portanto, o avanço na educação do ensino regular com relação à educação inclusiva ocorrerá a partir da cooperação e empenho de todo os seguimentos da sociedade. É essencial que as instituições, famílias, profissionais da educação e autoridades representativas se unam na busca de um conhecimento mais claro sobre questionamentos acerca da inclusão.

Palavras-chave: Educação especial, professor, inclusão, educandos

Referências BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pela Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94 - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007. _____. Estatuto da Criança e Adolescente/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social - Brasília: MEC, ACS, 2005. CARVALHO. Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem. Educação inclusiva. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. E242 Educação inclusiva: V.1: a fundação filosófica / coordenação geral SEESP/MEC: organização Maria Salete Fabio Aranha - Brasília: Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial, 2004. LUDKE, Minga; ANDRÉ, Marli. E. P. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. MANTOAN, Maria Tereza Egler. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memmon/SENAC, 1997. _____. M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. MAZZOTA, Marcos José da Silva. Fundamentos da educação especial. Livraria Pioneira Editora, 1982. _____. Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005. MEC/SEESP. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília-DF, 2008. SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência e era da inclusão. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. _____. Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. UNESCO. Declaração Mundial sobre a educação para todos. In: Conferência Mundial de Educação para todos, 1990. Jomtien, Tailândia.

Palavras-chave: .